

[Eleição de 2020 é oportunidade para Brasil eleger mais mulheres, diz especialista norte-americana](#)

“Coisas boas surgem quando começamos a prestar atenção ao que acontece quando essas mulheres começam a vencer”, diz especialista em eleger mulheres em 49 países.

[\(HuffPost Brasil, 02/12/2019 - acesse no site de origem\)](#)

Fundadora do Center for Women and Democracy (Centro para Mulheres e Democracia) e presidente do The Connections Group, em Seattle (EUA), a americana Cathy Allen aposta na geração de **mulheres** jovens para ampliar a **participação feminina na política**. Em visita ao Brasil, a especialista em eleger mulheres em 49 países defende que os partidos políticos melhorem o financiamento e o treinamento para ampliar a equidade de gênero.

“O que eu vejo é que muitas mulheres querem concorrer, mas os partidos precisam dar mais oportunidade para mulheres serem treinadas e terem suas candidaturas financiadas. Creio que há muitas oportunidades nas eleições de 2020, considerando que há tantas pessoas aqui que querem renovação política”, afirmou Allen em entrevista ao HuffPost Brasil.

As mulheres são 52% do eleitorado brasileiro, mas quando se mede a presença nos cargos de poder, os números são bem menores. Elas são 15% dos deputados federais e dos senadores e 14% dos vereadores. No Executivo, apenas um estado é governado por uma mulher e 12% dos municípios.

Esse cenário coloca o Brasil na lanterna dos rankings de presença feminina no poder. Estamos na 152ª posição na lista de 192 países que mede a representatividade feminina na Câmara dos Deputados, divulgada pela Inter-Parliamentary Union. Já entre os cargos no Executivo, ocupamos a 161ª posição na comparação entre 186 países, de acordo com o Projeto Mulheres Inspiradoras.

Na visão de Allen, há uma movimentação de novas gerações para renovar os espaços de poder. “Acredito que especialmente as jovens mulheres que tenho visto, de até 45 anos, são muito fortes, têm alta escolaridade, não parecem tímidas e com certeza estão prontas para os desafios de uma campanha. Acredito que essa nova geração tem muito mais confiança e são mais capazes de concorrer. Tenho visto muitas mulheres aqui interessadas em serem parte do grupo de pessoas que tomam as decisões”, disse.

Allen é vice-presidente de Educação e Treinamento do National Women’s Political Caucus, uma organização que ajuda mulheres a se elegerem em diferentes níveis de governo. Ela é autora de livros e manuais sobre o tema e foi vice-presidente nacional do Comitê Político Nacional das Mulheres nos EUA e fundou o Centro para Mulheres e Democracia, em 2000, para ajudar mulheres a aprender umas com as outras – local e globalmente.

No Brasil, Allen participou do evento “Mais Mulheres na Política FGV: mesa e debate perspectivas e desafios para as próximas eleições”, promovido pela FGV (Fundação Getúlio Vargas) em 22 de novembro.

Ao falar sobre o impacto da representatividade feminina na política, a especialista afirmou que é possível ver mudanças concretas no processo de aprovação de leis quando a participação das mulheres no Parlamento chega entre 15% a 20%. “Coisas boas surgem quando começamos a prestar atenção ao que acontece quando essas mulheres começam a vencer”, ressaltou.

Leia os principais trechos da entrevista.

HuffPost Brasil: O que te chama atenção sobre o cenário de participação de mulheres na política no Brasil?

Cathy Allen: No Brasil, mais mulheres do que homens estão no Ensino Superior. Temos muitos mulheres trabalhando em empregos qualificados. Quando temos um ambiente melhor para trabalho e educação das mulheres é muito improvável que tenhamos um número tão pequeno de mulheres eleitas como o Brasil tem agora. Isso é incomum e um bom motivo para vir aqui descobrir qual o problema.

O que eu vejo é que muitas mulheres querem concorrer, mas os partidos precisam dar mais oportunidade para mulheres serem treinadas e terem suas candidaturas financiadas. Creio que há muitas oportunidades nas eleições de 2020, considerando que há tantas pessoas aqui que querem renovação política.

Um dos principais fenômenos nos Estados Unidos não é diferente do que acontece aqui. As pessoas falam que queriam ver mais pessoas eleitas que se parecem com elas, que agem como elas, que criam os filhos como elas. Eles procuram pessoas gentis, mulheres que têm seus próprios negócios ou que têm empregos comuns. Todos esses tipos de mulheres estão aí. Temos visto muitas mulheres altamente qualificadas.

Tenho certeza que essa energia que está sendo construída pode fazer com que as próximas eleições no Brasil sejam o que as últimas eleições foram para os Estados Unidos, quando mulheres ganharam tanto no nível local quanto nacional.

Por que temos poucas mulheres na política no Brasil? Precisamos mudar a legislação?

O que tem acontecido em vários países é uma redução da diferença de escolaridade entre homens e mulheres. Quando ambos os gêneros têm um bom nível de escolaridade e boas expectativas de participar da sociedade, é que eles se interessam em ser eleitos. O problema não são as pessoas. É o sistema educacional e eleitoral.

**A Lei Eleitoral obriga os partidos a destinar 30% das candidaturas para cada gênero. O mesmo percentual do Fundo Eleitoral e do Fundo Partidário também tem de ser usado para promoção de mulheres na política.*

Quais iniciativas para aumentar a participação feminina na política têm dado certo em outros países?

Uma das melhores experiências é na Colúmbia Britânica, no Canadá. Há cerca de 10 anos, quando eles tinham cerca de 13% de mulheres na política, o Novo Partido Democrático fez uma mudança interna. Sempre que um homem eleito morria ou renunciava ao cargo, ele era substituído por uma mulher, uma “pessoa de cor” ou um homem gay. Em 10 anos, eles foram de 13% de mulheres para 36% e as mudanças promovidas pelas mulheres fizeram história.

O Canadá têm uma longa história de mulheres nativas que desapareceram. A maioria porque foi morta ou estuprada e nenhuma autoridade foi atrás de descobrir o que aconteceu com elas. Essas mulheres eleitas conseguiram mudar esse cenário. Conseguiram dinheiro e que as forças policiais trabalhassem nisso.

Coisas boas acontecem quando você tem mulheres no poder. Nós enfrentamos muito mais questões de uma maneira que não se fazia antes.

É possível aplicar alguma dessas ideias no Brasil?

Acho que muitas mulheres já estão tentando fazer isso. Eu estava vendo as novas normas, especialmente as relacionadas a financiamento. Há uma pressão para melhorar a arrecadação para candidatas. E olhando para as estruturas dos partidos, há vários tipos de oportunidades para muitos deles distribuírem o dinheiro de maneira mais igualitária para as mulheres.

A maioria dos partidos no Brasil é controlado por homens e eles também são maioria no Congresso. De tempos em tempos, há tentativas de frear avanços de promoção de mulheres na política. Como vê esse tipo de situação? É preciso mudar quem está o comando dos partidos?

Temos de ser cuidadosas. Nada nos é dado. É conquistado. Ainda que possa haver diferentes leis para dar às mulheres mais poder e controle do dinheiro, a implementação dessas normas não ocorre de maneira tão simples. Muitas mulheres precisam estar alertas e, honestamente, muitos homens estão interessados em ajudar as mulheres para que elas tenham chances reais de serem eleitas.

Sim, será difícil. Não será fácil e nada nos será dado, mas tenho de dizer que tanta coisa foi feita nos últimos dois anos só porque as mulheres começaram a agir após quase 20 anos sem muito ativismo. Principalmente mulheres jovens começaram a se envolver em diferentes treinamentos. Acredito que as mulheres jovens serão definitivamente parte da solução.

Há indícios do uso de candidaturas laranja de mulheres no Brasil para cumprir a cota de 30%, inclusive na sigla pela qual o presidente Jair Bolsonaro foi eleito, o PSL. Como devemos resolver esse problema? É preciso melhorar a fiscalização feita pela Justiça Eleitoral? É uma questão de mudança cultura?

No passado, algumas mulheres relutavam em votar em outras mulheres. O que tem acontecendo recentemente é um grande aumento no número de mulheres na disputa eleitoral e outras mulheres estão dando contribuições e ajudando nessas campanhas. Candidaturas falsas serão descobertas pelas mulheres que estão atuando de fato nos partidos e pela imprensa. Não é algo difícil de ser identificado.

Algumas pessoas alegam que há fatores culturais para mulheres não quererem participar da política, que é mais difícil para elas estar longe da família, por exemplo. Como você vê esse tipo de discurso e como atrair mulheres para esse campo?

A maioria das pessoas não sabem o que os políticos fazem de fato ou como ser eleito. Quando

você começa a conversar com as pessoas, elas se mostram mais abertas para isso, começam a procurar os grupos que podem ajudá-las. Há menos mulheres desistindo de disputar agora do que havia há dez anos atrás. Acredito que isso aconteça porque a imprensa têm feito uma cobertura sensata e as pessoas admiram mulheres que conseguiram se eleger.

Há um novo respeito às mulheres em todo o mundo. Muitos homens me falam 'sei que devemos votar nas mulheres. Elas não podem ser tão ruins quanto as pessoas no comando agora'. No nível local, eles sentem que coisas boas acontecem por causa do trabalho dos parlamentares.

Acredito que especialmente as jovens mulheres que tenho visto, de até 45 anos, são muito fortes, têm alta escolaridade, não parecem tímidas e com certeza estão prontas para os desafios de uma campanha.

Acredito que essa nova geração tem muito mais confiança e são mais capazes de concorrer. Tenho visto muitas mulheres aqui interessadas em serem parte do grupo de pessoas que tomam as decisões.

Há um proposta em discussão no Congresso para que haja um mínimo de vagas para mulheres no Legislativo. Acha que é uma boa solução?

Muitos países europeus têm sistema similares. Nenhum deles é excelente. Nenhum deles funciona o tempo todo e nenhum deles funciona desde o começo. A parte importante que vejo das políticas de cotas é que, muitas vezes, é o instrumento para as pessoas verem pela primeira vez mulheres no Congresso. Se o governo não consegue dar inspiração e espaço para as mulheres serem eleitas, as cotas são necessárias.

Há muito jeitos de implementar cotas e nenhum é perfeito. As cotas deveriam ser uma inspiração para podemos ver o que acontece se não achamos mulheres para concorrer voluntariamente. Elas existem para colocar as mulheres no poder porque ainda que elas sejam inexperientes, é melhor tê-las do que não tê-las. Quando as mulheres atingem entre 15% e 20% do Parlamento, eles conseguem propor e aprovar leis. Elas fazem muita diferença.

Com a ascensão da extrema direita no Brasil, temos mulheres eleitas que não têm a equidade de gênero como bandeira. Há algum tipo de conflito em promover uma maior participação feminina na política de parlamentares não feministas?

Não acho que há conflito. Ainda que haja mulheres conservadoras que não concordam com leis [que promovem mulheres na política], elas de fato concorrem e, por vezes, vencem. E nossa experiência diz quanto mais mulheres disputam e ganham, há mais mulheres da classe trabalhadora, jovens, negras ou que têm experiências profissionais diversas, como especialistas em computação, por exemplo. Vemos uma grande diversidade nas mulheres eleitas e muito poucas são de extrema direita. E elas podem dizer o que quiserem, podem discordar. Ser uma república é sobre isso. Além disso, tanto homens quanto mulheres têm se convencido de que será melhor se forem eleitas mais pessoas que pensam e agem como eles.

O Tribunal Superior Eleitoral criou um comitê de gênero neste ano, após uma

recomendação da OEA. Há iniciativas similares em outros países? Elas têm resultados positivos?

Temos muitas iniciativas diferentes. Há organizações que ajudam as mulheres a desenvolverem habilidades de liderança. Acho que essas ações são muito boas. Nos Estados Unidos, houve um aumento dramático no número de mulheres que entrou nesse tipo de organização nos últimos anos. Elas triplicaram. Tivemos o movimento Me Too e a eleição presidencial em que esperávamos a vitória de uma mulher e ficamos chocadas quando isso não aconteceu. E na minha experiência, coisas boas surgem quando começamos a prestar atenção ao que acontece quando essas mulheres começam a vencer.

Por Marcella Fernandes

TSE propõe financiamento proporcional ao número de candidaturas femininas

Tribunal discute neste mês resolução com objetivo de incentivar a participação de mulheres na política.

(HuffPost Brasil, 24/11/2019 - acesse no site de origem)

Um ano após estabelecer que os partidos têm de cumprir um gasto mínimo com **candidaturas femininas**, o TSE (Tribunal Superior Eleitoral) quer que parte desse financiamento seja proporcional ao número de mulheres na disputa a partir das eleições de 2020. Nesta terça-feira (26), o tribunal irá debater o tema em audiência pública sobre a prestação de contas partidárias.

A discussão será em torno de uma minuta de instrução normativa apresentada pelo ministro Sérgio Banhos. Um dos pontos trata do Fundo Partidário, cujo valor será de R\$ 959 milhões para ser dividido entre todas as legendas, segundo a proposta de orçamento federal para 2020. O montante pode variar, uma vez que a palavra final é do Congresso Nacional.

No texto, o magistrado prevê que “em anos eleitorais, os partidos políticos, em cada esfera, devem destinar ao financiamento de campanhas de suas candidatas no mínimo 30% dos gastos totais contratados nas campanhas eleitorais com recursos do Fundo Partidário”. Esse percentual já inclui 5% obrigatórios para promoção da participação política das mulheres.

De acordo com o documento, se o percentual de candidaturas femininas for superior aos 30% obrigatórios, a aplicação desses recursos “deve alcançar a mesma proporção de candidaturas femininas existentes”.

A iniciativa é parte de um caminho de consolidação de ações para promover a **equidade de gênero na política**. As mulheres são 52% do eleitorado brasileiro, mas quando se mede a presença nos cargos de poder, os números são bem menores. Elas são 15% dos deputados federais e dos senadores e 14% dos vereadores. No Executivo, apenas um estado é governado

por uma mulher e 12% dos municípios.

Esse cenário coloca o Brasil na lanterna dos rankings de presença feminina no poder. Estamos na **152ª posição na lista de 192 países** que mede a representatividade feminina na Câmara dos Deputados, divulgada pela Inter-Parliamentary Union. Já entre os cargos no Executivo, ocupamos a **161ª posição na comparação entre 186 países**, de acordo com o Projeto Mulheres Inspiradoras.

A presidente da bancada feminina na Câmara, deputada Professora Dorinha (DEM-TO), destaca que esta será a primeira disputa municipal com incentivos de financiamento mais concretos para as mulheres. “Mais de mil municípios não têm representação feminina”, afirmou ao HuffPost Brasil. Ela também destacou a importância dessa etapa para os próximos pleitos. “É na construção das eleições municipais que vamos ter depois candidaturas estaduais e federais”, disse.

Em 2016, foram eleitas 649 prefeitas (11,6% do total de eleitos para este cargo), em 5.568 municípios. No mesmo ano, dos 57.419 vereadores que ganharam as eleições, 7.809 eram mulheres, o que equivale a 13,6% do total.

Justiça eleitoral e mulheres na política

O avanço de medidas do TSE para promover mulheres na política é resultado de uma atuação conjunta com parlamentares e entidades da sociedade civil. Em outubro, a presidente da corte, ministra Rosa Weber, criou uma Comissão Gestora de Política de Gênero no tribunal. A formação de um órgão com esse objetivo foi sugerida por integrantes da missão da OEA (Organização dos Estados Americanos) que acompanharam as eleições brasileiras em 2018.

“Há um tempo a Secretaria da Mulher na Câmara vem se reunindo com TSE para debater o fortalecimento das mulheres na política. Essa posição do Banhos [ministro do TSE] é fruto do balanço da última eleição: tivemos pela primeira vez financiamento de candidaturas femininas obrigatório e aumentou em 50% o número de parlamentares mulheres”, afirmou ao HuffPost a deputada Sâmia Bomfim (PSol-SP), uma das coordenadoras-adjuntas da bancada feminina.

No último pleito, a presença de mulheres na Câmara dos Deputados subiu de 51 para 77. As mudanças no financiamento são apontadas como principal fator.

Em março de 2018, o STF (Supremo Tribunal Federal) decidiu que a distribuição de recursos do Fundo Partidário destinados ao financiamento das campanhas deveria ser feita na exata proporção das candidaturas de ambos os sexos, respeitado o patamar mínimo de 30% de mulheres na disputa, previsto na Lei das Eleições.

Dois meses depois, o TSE determinou que os partidos deveriam reservar pelo menos 30% dos recursos do Fundo Eleitoral para financiar as campanhas de candidatas. No mesmo julgamento, os ministros também entenderam que o mesmo percentual deveria ser considerado em relação ao tempo destinado à propaganda eleitoral gratuita no rádio e na televisão.

A previsão é que o Fundo Eleitoral no próximo ano seja de R\$ 2,5 bilhões, mas parlamentares tentam aumentar esse valor.

Fundo Eleitoral para mulheres

Apesar de a reserva no Fundo Eleitoral ser apontada como positiva para aumentar o número de mulheres eleitas, especialistas defendem que haja uma regulamentação para que a medida seja mais efetiva.

A fiscalização feita pela Justiça Eleitoral tem como base critérios apresentados pelas próprias legendas, que têm sido cumpridos de modo geral, de acordo com Renata Dalposso, presidente da comissão de gênero no TSE. Ela defende, contudo, que sejam feitos ajustes. “Como a resolução [de 2018] foi muito suave na definição de critérios, isso acaba impactando na fiscalização. Se eles [funcionários do TSE] não têm um critério muito específico para fiscalizar, apenas acolhem o que o partido informou que faria”, disse ao HuffPost Brasil.

Muitas vezes, entram na conta dessa cota de recursos chapas em que a mulher é vice ou suplente. Há também quem defenda que o financiamento mínimo deveria valer só para cargos proporcionais (vereadoras, deputadas estaduais e federais), conforme a previsão legal da cota de 30% de candidaturas.

De acordo com pesquisa da FGV (Fundação Getulio Vargas), ao analisar apenas a disputa entre deputados federais, estaduais e distritais em 2018, apenas 13 dos 34 partidos (38%) atingiram a cota de financiamento de candidaturas femininas do Fundo Eleitoral.

No cenário que considera tanto cargos majoritários quanto proporcionais, o total de siglas regulares subiria para 19 (56%). Já se forem incluídas chapas em que a vice ou suplente é mulher, apenas três siglas (Avante, Podemos e PRP) ficam irregulares.

A regulação desses pontos, contudo, não deve avançar na Justiça Eleitoral para valer para 2020 devido à falta de consenso. “A gente não tem nada palpável para limitar [o financiamento obrigatório]. É uma decisão de autonomia, é uma decisão importante”, afirmou Dorinha. Ela destacou que, em muitos casos, a vice e a suplente no Senado assumem no lugar do titular da chapa.

Quanto ao Fundo Eleitoral, o TSE não sugeriu que a aplicação seja proporcional. De acordo com minuta de instrução normativa do ministro Luís Roberto Barroso, os critérios de distribuição devem ser decididos pela direção executiva nacional do partido, “considerando a obrigação de aplicação mínima de 30% para custeio da campanha eleitoral das candidatas”.

Segundo essas regras, as legendas devem encaminhar ao TSE documentos com os critérios de distribuição adotados, com ata da reunião, prova material de ampla divulgação dos critérios de distribuição e indicação dos dados bancários de uma única conta-corrente, aberta exclusivamente em nome do diretório nacional do partido político para movimentação dos recursos do fundo eleitoral.

Em outra minuta, Barroso prevê que o TSE promoverá, entre 1º de abril e 30 de julho dos anos eleitorais, propaganda em rádio e televisão, por até 5 minutos diários, “destinada a incentivar a participação feminina, dos jovens e da comunidade negra na política, bem como a esclarecer os cidadãos sobre as regras e o funcionamento do sistema eleitoral brasileiro”.

Nas audiências públicas em que serão debatidas as propostas dos ministros, são coletadas sugestões que serão avaliadas pelos relatores de cada instrução normativa. Até 5 de março de cada ano eleitoral, o TSE pode expedir esse tipo de norma. Além de partidos, representantes

de instituições públicas e privadas, advogados que atuam na área eleitoral e membros da sociedade em geral podem participar desse debate.

Por Marcella Fernandes

Mulheres na liderança política ainda incomodam, afirma pesquisa

O desconforto com a liderança feminina na política e nos negócios continua generalizado. Menos da metade dos entrevistados do grupo de sete países mais industrializados do mundo se sente totalmente à vontade com uma mulher no comando do governo ou de uma grande empresa, segundo estudo publicado na terça-feira.

(Universa, 19/11/2019 - acesse no site de origem)

Em média, no G-7 apenas 46% da sociedade se sente “muito confortável” com uma mulher como chefe de governo, e 48% com uma CEO à frente de uma grande empresa nacional, de acordo com uma pesquisa da Kantar e do grupo Women Political Leaders. Isso indica algum nível de desconforto entre o restante dos entrevistados, segundo a pesquisa.

Os dados, com base em uma pesquisa com 22 mil pessoas em 11 países, sugerem que não há necessariamente uma correlação entre atitude pública e ascensão das mulheres ao poder. O Canadá, que ficou em primeiro lugar, teve apenas uma chefe de estado. Nos EUA, país que se mostrou o terceiro mais confortável com uma mulher no comando, algumas pesquisas indicaram que o gênero de Elizabeth Warren, potencial candidata do Partido Democrata, pode ser fator de preocupação para eleitores antes das eleições de 2020.

Por outro lado, com Angela Merkel prestes a completar seu 14º ano como chanceler da Alemanha, menos de um terço dos entrevistados em seu país disseram estar totalmente à vontade com uma mulher no papel.

No Reino Unido, a proporção que disse que homens e mulheres são igualmente adequados à liderança empresarial e política caiu nos últimos 12 meses - período em que a primeira-ministra Theresa May renunciou. Essa mudança foi inteiramente atribuída a uma queda do número de entrevistados do sexo masculino que aprovam a liderança feminina.

Por Lucy Meakin

Por nós e pelas que virão, por Tabata Amaral

Somos 51,7% da população, é passada a hora de ampliarmos nossa voz

(Folha de S. Paulo, 21/10/2019 - acesse no site de origem)

O exercício da política ainda é reduto masculino, apesar dos avanços conquistados. Por isso, sabíamos que o PL nº 5250/2019 causaria grande impacto, e não deu outra.

O projeto foi taxado de autoritário por fixar cotas femininas no Senado, garantindo equidade nas eleições nos anos em que há duas vagas em disputa, estabelecendo que uma deva ser sempre ocupada por uma mulher.

Integrei o grupo que apresentou o projeto e que inclui deputadas de diferentes correntes ideológicas: Perpétua Almeida (PCdoB-AC), Alice Portugal (PCdoB-BA), Sâmia Bomfim (PSOL-SP), Maria do Rosário (PT-RS), Fernanda Melchionna (PSOL-RS), Benedita da Silva (PT-RJ), Rejane Dias (PT-PI), Soraya Santos (PL-RJ), Carmen Zanotto (CIDADANIA-SC) e Jandira Feghali (PCdoB-RJ). Garanto, em nome de todas, que essa fria reação não vai nos paralisar.

O projeto prevê o preenchimento de vagas e não apenas um percentual de mulheres na disputa eleitoral porque assim garantimos a escolha real de candidatas competitivas.

Diante das [candidaturas laranjas](#), a conclusão lógica é que os atuais mecanismos já não são suficientes para garantir a nossa representatividade.

Somos 51,7% da população, segundo o IBGE, e não podemos nos contentar em ser, no Congresso, apenas 15% dos deputados e 14,8% dos senadores. É passada a hora de ampliarmos nossa voz.

Hoje, o Brasil ocupa o 126º lugar entre 192 países na representatividade de mulheres no Parlamento. Segundo o Fórum Econômico Mundial, entre 149 países, o Brasil está na 112ª posição no ranking que avalia o empoderamento político das mulheres. A Bolívia é o 14ª.

É no caso de Ruanda que encontramos o maior exemplo de como as cotas podem revolucionar a participação de mulheres na política. Logo depois da guerra, com o extermínio forçado de grande contingente masculino, as mulheres representavam 70% da população. Implementada a cota de 30% de participação nos cargos políticos, em 2003, o impacto foi tal que hoje 67% dos parlamentares do país são mulheres.

Há fartas evidências dos benefícios que traz a presença feminina na política. O estudo *Close the political gender gap to reduce corruption* (Elimine a diferença de gêneros para reduzir a corrupção), do U4 Anti-Corruption Resource Center (Noruega), por exemplo, mostrou que ter mais mulheres nos legislativos europeus reduziu a corrupção nas suas várias formas.

Já o trabalho das pesquisadoras Lori Beaman (Northwestern University), Esther Duffo (MIT), Rohini Pande (Harvard), e Petia Topalova (FMI) em 495 vilas na Índia, revelou que o aumento da presença de mulheres na política levou as meninas a dedicar menos tempo a afazeres

domésticos, melhorar o desempenho educacional e manifestar aspirações de carreira mais próximas às dos meninos.

Ou seja, a igualdade de gênero na política tem também efeito positivo na construção de uma sociedade com igualdade de oportunidades.

O reacionarismo com que foi recebido nosso PL é prova de que nossa luta apenas começou. Mesmo com os mecanismos hoje em vigor, não é difícil concluir que nosso sistema permanece viciado e boicota nossa representatividade. E sem representatividade proporcional à nossa presença na sociedade, nossa democracia continuará deficiente.

Assim como nossas bisavós conquistaram o direito ao voto, cabe a nós mobilizar forças e avançar na luta por direitos iguais, para que a próxima geração de meninas nasça, de fato, sem limites para seus sonhos.

Por Tabata Amaral